



Representações sociais sobre 'ser atingido' por rejeitos de minério: um estudo sobre os afetados pela barragem de Fundão

Social representations of "being hit" by ore tailings: a study on the affected populations by the Fundão's dam collapse

João Francisco Alves MENDES¹*, Sérgio Luís BOEIRA¹

¹ Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, Brasil.

* E-mail de contato: chicokapix@gmail.com

Artigo recebido em 11 de setembro de 2020, versão final aceita em 2 de maio de 2022, publicado em 10 de novembro de 2022.

RESUMO: A indústria mineral revela-se de extrema importância para a estabilidade do padrão de vida humano contemporâneo, segundo o discurso dominante. Porém, nos últimos anos ocorreram desastres que mostram os limites da atividade extrativista minerária. O rompimento da barragem de Fundão, em Mariana-MG (2015), impactou a natureza e afetou milhares de famílias que dependiam, direta ou indiretamente, das águas do Rio Doce que foram enlameadas com rejeitos de minério. Nessa pesquisa, buscou-se identificar e interpretar as representações sociais que foram elaboradas sobre o sentido de 'ser atingido'. Orientado por uma perspectiva interdisciplinar, articulou-se o enfoque da Complexidade ao da Teoria das Representações Sociais. Para o levantamento dos dados realizou-se 1) análise documental do jornal A Sirene (elaborado pelos atingidos) e atas das reuniões do Comitê Interfederativo (CIF), entre os anos de 2016-2018; 2) entrevistas com pessoas atingidas e com membros do CIF; 3) observação participante e conversas informais durante as idas a campo. Os resultados mostram que as representações sociais sobre ser 'atingido' vinculam-se a elementos diversos, de ordem material e imaterial. Conclui-se que a normatização técnica e jurídica da categoria de atingido da mineração pode ser limitadora e excludente, não promovendo a justiça, pois numa realidade complexa as afetações de um acontecimento de grandes dimensões são múltiplas.

Palavras-chave: atingidos; mineração; representações sociais; complexidade.

ABSTRACT: According to the dominant discourse, the mineral industry is extremely important for the stability of the contemporary human standard of living. However, the occurrence of environmental disasters in the recent years have shown the limits of mining extractive activities. The rupture of the Fundão Dam in Mariana-MG (2015),

impacted nature and affected thousands of families who depended, directly or indirectly, on the waters of the Doce River, that were contaminated with ore tailings. In this research, we aimed to identify and interpret the social representations that were elaborated about the meaning of “being affected” by the disaster. Guided by an interdisciplinary perspective, we articulated the Complexity approach with the Social Representation Theory. The data were collected based on 1) document analysis of “A Sirene” Newspaper (prepared by the affected people) and minutes of the meetings of the Interfederative Committee (CIF) that occurred between 2016 and 2018; 2) interviews with affected people and CIF members; 3) participant observation and informal talks during the field visits. The results show that social representations of being ‘affected’ are linked to diverse elements, both material and non-material. It is concluded that the technical and legal classification of the category of “affected” can be limiting and excluding, not promoting justice since in a complex reality the effects of a large event are multiple.

Keywords: affected; mining; social representations; complexity.

1. Introdução

A história ambiental no Brasil foi marcada por acontecimentos recentes que evidenciaram os limites da indústria mineral. Em novembro de 2015 e em janeiro de 2019 ocorreram, respectivamente, o rompimento das barragens de rejeitos de minério de ferro Fundão (Mariana) e do Córrego do Feijão (Brumadinho), ambas no estado de Minas Gerais. Neste artigo, o foco é sobre o imaginário das vítimas do rompimento da barragem de Fundão, localizada no distrito de Bento Rodrigues, na cidade histórica de Mariana (MG) e que afetou diversos indivíduos que vivem na bacia hidrográfica do Rio Doce, alterando significativamente suas relações sociais e com a natureza (ecossistemas).

As consequências desse crime-desastre são muitas e seria arriscado apontar os diagnósticos fechados num curto espaço de tempo. Porém, é

reconhecido que o impacto, em distintas regiões¹, foi assolador social, econômica e ambientalmente (Milanez & Losekann, 2016; Pinheiro *et al.*, 2019). O estudo orientado pelo pensamento complexo sobre esse fenômeno e sobre os sujeitos atingidos contribui para o progresso da sistematização e compreensão do tamanho dos impactos socioambientais, além de garantir o registro das perspectivas políticas, jurídicas e econômicas que envolvem esse acontecimento.

O momento posterior a um evento da dimensão que teve o rompimento da barragem de Fundão geralmente tem uma cobertura midiática intensa, mas com o passar dos dias o interesse pelo contexto dos atingidos diminui. Entende-se que a luta dos afetados pelo reconhecimento, enquanto sujeitos atingidos pela lama, tornou-se parte do cotidiano desses cidadãos. Eles passaram a disputar seus direitos de indenização e reparação nas arenas

¹ “A massa [da lama] atingiu 38 municípios (35 de Minas Gerais e três do Espírito Santo) até o rio desembocar no oceano Atlântico, no litoral capixaba, em 21 de novembro de 2015” (Serra, 2018, p. 43). Cidades ficaram sem abastecimento de água, como é o caso de Governador Valadares, com quase 300 mil habitantes, que ficou aproximadamente uma semana sem água potável. A reserva indígena do povo Krenak também foi atingida, uma vez que o Watu (Rio Doce), principal fonte de alimentação e espaço para os rituais, foi dizimado com os rejeitos. Em Regência, no estado do Espírito Santo, a lama chegou nas praias e afastou os turistas, prejudicando o comércio local. Esses são alguns exemplos de localidades atingidas.

jurídicas e políticas. É nesse cenário que os atores envolvidos acionam distintos recursos para elaborar suas representações sociais, compartilhá-las entre si e comunicá-las ao público.

Um importante canal de comunicação, mobilizador dos atingidos, é o jornal “A Sirene”. Ele foi fundado em fevereiro de 2016 com o apoio do coletivo de extensão da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) “Um Minuto de Sirene”, que tinha elaborado uma oficina e produziu o jornal como resultado. A Sirene revelou-se uma importante fonte para registro das representações sociais, para o resgate das memórias e das lutas enfrentadas pelos atingidos de diversas localidades atingidas pela lama de rejeitos.

Nesse jornal circulam as representações sociais dos atingidos relacionados ao crime-desastre do rompimento da barragem. Discute-se que é fundamental investigar o imaginário e a criação das identidades a partir das representações sociais, entendendo-as como resultados dos elementos cognitivos e interativos desse acontecimento da história da mineração no Brasil, e encontrar as tensões, permanências e continuidades desse conflito socioambiental. Sabe-se que é necessário apontar os sentidos que estão sendo definidos e, a partir de uma interpretação relacional e complexa das representações sociais, esboçar as dinâmicas sociais e subjetivas mobilizadas na construção da memória desse evento.

Esse artigo é resultado de pesquisa realizada no doutoramento para uma tese que foi defendida

e aprovada no início de 2020. Partiu-se de uma metodologia qualitativa e pretendeu-se, com base em diversos autores, identificar e interpretar as representações sociais sobre a noção de ser atingido que foram elaboradas no Jornal A Sirene e colocá-las em evidência junto com as discussões do Comitê Interfederativo, no período de 2016-2018. A estrutura interpretativa no tratamento dos dados, dentro de uma abordagem interdisciplinar, cria o que Dosse (2018) chama de humanização das ciências humanas. Acredita-se que não é possível dissociar o objetivo do subjetivo e, assim, o caráter interpretativo torna-se legítimo nas ciências humanas.

Realizou-se investigação documental no levantamento das representações sociais, conversas e entrevistas com os sujeitos atingidos durante idas a campo no município de Mariana e de Linhares, além de ter-se estabelecido contato em eventos que contava com a participação dos atingidos, como os 2º e 3º Seminário de Balanço do Rompimento da Barragem de Fundão, que ocorreram em 2017 e 2018, nas cidades de Vitória (ES) e Ouro Preto (MG), respectivamente. A partir da técnica ‘amostragem em bola de neve’² alcançaram-se informantes que pudessem contribuir para a interpretação do fenômeno aqui estudado.

A distância geográfica até o local do crime-desastre e a desconfiança por parte dos atingidos (que foram cercados pela imprensa, pesquisadores, movimentos sociais e advogados) foram fatores que nos fizeram optar por tratar as representações sociais que foram construídas no jornal A Sirene³. Além dis-

² O tipo de amostragem nomeado como bola de neve é uma forma de amostra não probabilística, que utiliza cadeias de referência. [...] A execução da amostragem em bola de neve se constrói da seguinte maneira: para o pontapé inicial, lança-se mão de documentos e/ou informantes-chaves, nomeados como sementes, a fim de localizar algumas pessoas com o perfil necessário para a pesquisa, dentro da população geral. (Vinuto, 2014, p. 203)

so, elegemos as atas das reuniões do Comitê Interfederativo (CIF)⁴ como outro interlocutor informativo das representações sociais sobre ser atingido, a partir de uma abordagem técnica-jurídica-política. No tratamento do material textual oriundo do jornal, aplicou-se o software IRAMUTEQ (um programa de análise quanti-qualitativa em pesquisas de representações sociais) e isso foi possibilitado devido à quantidade elevada de material a ser analisado. Já as atas de reuniões do CIF encontravam-se em menor número e, por isso, escolhemos fazer a leitura integral desses documentos.

Foram realizadas quatro entrevistas com representantes do Comitê Interfederativo, via *Skype*, e duas entrevistas com atingidos de Mariana e de Governador Valadares, via ligação telefônica e pelo aplicativo de mensagens WhatsApp. Procuramos reconhecer os contextos de fala e entender os significados construídos do que é ser atingido e, assim, entender se as interpretações elaboradas sobre as representações sociais retiradas da fonte escrita se confirmam, se completam ou as refutam. A duração das entrevistas variou de 20 a 40 minutos. Todas elas foram gravadas em áudio e depois transcritas. Optou-se por preservar a identidade dos entrevistados e, também, evitar uma personificação das representações sociais.

O artigo está estruturado em três seções, além da introdução e das conclusões: num primeiro mo-

mento, discute-se como a abordagem da teoria das representações sociais e do pensamento complexo contribuem para a sistematização e a compreensão do fenômeno analisado; em seguida, apresentam-se as principais representações sociais sobre o que é ser ‘atingido (a)’ dentro do Comitê Interfederativo; no terceiro tópico revelam-se as representações sociais construídas a respeito do conceito de ‘atingido (a)’ no jornal *A Sirene*. Finalizamos o artigo com reflexões sobre como essa categoria tem sido elaborada e quais desafios são colocados a partir dessas interpretações nos processos de reparação e indenização.

2. Representações sociais e pensamento complexo: possibilidades interdisciplinares de análise

Aqui está posto um desafio que é o de apresentar aspectos convergentes das obras de dois autores internacionalmente reconhecidos: Edgar Morin e Serge Moscovici. Há certamente vários aspectos convergentes e alguns divergentes nos seus enfoques, que não são objeto de nossa análise. Ambos os autores ocupam espaços interdisciplinares na academia, com suas respectivas especificidades: enquanto Morin se propôs a contribuir com um diálogo amplo entre ciências sociais/humanas, filosofia e ciências da natureza, incluindo a cibernética, Moscovici

³ A procura de jornalistas, das equipes da Fundação Renova, dos Movimentos Sociais e de pesquisadores das universidades e de organizações não-governamentais no momento inicial pós-desastre, somada à lentidão nas propostas de resolução da situação dos atingidos e à alteração do cotidiano de vida deles, em muitos casos relatados, tornava-os insatisfeitos em reproduzir essa história novamente, uma vez que ela despertava um sentimento de sofrimento.

⁴ O Comitê Interfederativo foi criado como um instrumento para orientar e validar as ações da Fundação Renova. Esta última foi criada cumprindo uma determinação estabelecida no Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC) celebrado entre a União, os estados de Minas Gerais e Espírito Santo e as empresas Samarco, Vale e BHP.

concentrou-se nos diálogos interdisciplinares entre a sociologia, a psicologia, a antropologia e a filosofia. Ambos sofreram sob o impacto dos regimes totalitários de direita e de esquerda antes e durante a segunda guerra mundial, tornando-se autores críticos da visão de mundo dominante, antiecológica e opressora das subjetividades. São, em síntese, autores ecopolíticos. Neste estudo suas obras são consideradas apenas parcialmente e com um foco nas consequências do crime-desastre, do acontecimento, da tragédia em Mariana. O nosso enfoque deixa de lado, por razões de espaço e por opção metodológica, o exame das causas mais profundas, da história e da política, assim como os aspectos epistemológicos que cercam as representações sociais dos atingidos e dos discursos conjunturais e institucionais mais imediatamente vinculados ao acontecimento. Mas é possível afirmar, com base na literatura ecopolítica disponível, especialmente na obra de Eduardo Gudynas (2012; 2014), que o extrativismo predatório e histórico na América Latina ganhou diversas justificações de setores liberal-conservadores e governos progressistas, incluindo setores da academia e da sociedade civil – todos em torno da noção de crescimento econômico ilimitado como sinônimo de desenvolvimento.

2.1. Representações sociais

A Teoria das Representações Sociais está inserida no campo da Psicologia Social e propõe estratégias para a compreensão dos processos de

geração dos saberes e de como eles são externalizados. Moscovici (1961), um dos precursores da teoria, colocou-se numa perspectiva que ultrapassa as abordagens comportamentalista e cognitivista da Psicologia, firmando-se numa corrente minoritária que entende o pensamento sociopsicológico como uma estratégia do pensamento complexo para pensar os fenômenos da elaboração do conhecimento.

Nesse contexto, a elaboração do conhecimento encontra-se vinculada aos processos comunicacionais que são influenciadores e influenciados na/ pela estruturação e organização social (tanto individual quanto coletiva) das projeções simbólicas. A partir de um duplo sentido – produtor e produto de interações –, num esquema sistêmico, as representações emergem, circulam e fixam significados dos acontecimentos; estes, quando inéditos, são familiarizados (ou seja, são interpretados a partir de noções familiares, conhecidas) com os recursos cognitivos e com a transferência de um referencial para o entendimento da situação nova⁵.

As *representações sociais* aqui podem ser entendidas como projeções simbólicas do que é vivido e do que é comunicado. Elas são produtos e produtoras das imagens, símbolos e definições dos fenômenos da realidade. Podemos afirmar que se trata de uma teoria interdisciplinar na qual existem intersecções entre conceitos da sociologia e da psicologia.

Os processos sociais acontecem sustentados nas relações a partir das quais é possível identificar os conceitos e as ideias que se tornam comuns

⁵ Losekann (2018), ao investigar o aspecto emocional na constituição das mobilizações coletivas dos atingidos no Espírito Santo, destaca a possibilidade dos elementos da experiência e da interação como constituidores de um motor de organização e ação. Tal enfoque encontra eco na abordagem das Representações Sociais, que entende a comunicação e a própria experiência como orientadoras na construção de um saber.

e, também, que se tornam divergentes. As formas simbólicas ou representações que emergem nas comunicações tornam-se relativamente autônomas e tendem a influenciar as ações ou comportamentos dos envolvidos. Nessas relações são estabelecidas as visões de mundo e de realidade: é no seio delas que essas ideias se cruzam, se complementam e se repelem.

Moscovici (2012, p. 42) defende a necessidade de pensar as representações sociais “tanto em sua textura psicológica autônoma, como em algo que faz parte de nossa sociedade, de nossa cultura”. A concepção da noção de ‘atingido’ das barragens da mineração emerge tanto do indivíduo (e seu grupo social mais próximo) quanto das normas e tratados internacionais sobre uma perspectiva mais generalista do que é ser ‘atingido’ (sociedade, cultura). “As representações sociais [...] decorrem, pelas observações, pelas análises e empréstimos de noções e de linguagens à esquerda e à direita, das ciências e das filosofias e tiram as conclusões que se impõem” (Moscovici, 2012, p. 42). As disputas para atribuir uma definição sobre o conceito de atingidos têm mobilizado diferentes grupos na elaboração das representações sociais que pretendem se vincular a esse termo.

Guareschi (1996) indica os seguintes elementos relacionados à noção de representação social: trata-se de um conceito dinâmico e explicativo nas variadas dimensões da realidade; consegue agregar elementos culturais, cognitivos e ideológicos; vincula-se ao externo (meio) e interno (mentes) e é um conceito relacional. Jodelet (2001) aponta quatro atributos na elaboração das projeções: representação social fundamentalmente representa algo (sujeito ou objeto); fundado no processo de simbolização e de interpretação o objeto é substituído e significado,

respectivamente; pode-se dizer que a representação social é uma forma de saber quando define objetos e atribui adjetivos a fenômenos, por exemplo, e é um saber prático que se constitui a partir da experiência do que é vivido e do que é comunicado.

Acontecimentos comuns ou extraordinários, tal qual foi o crime-desastre no Rio Doce, geram um processo comunicacional interindividual (experiência vivida) e midiática (informações apuradas e transmitidas), tendo como produto imaginações particulares do evento para facilitar a compreensão do ocorrido.

Jodelet define que representação social “é uma forma de conhecimento socialmente elaborada e compartilhada, que tem objetivo prático e concorre para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (Jodelet, 1989, p. 36). Isto é, as interações sociais criam atribuições dos fenômenos que são comunicadas no interior do grupo e, às vezes, circulam numa dimensão superior, objetivando compor os sistemas de ideias e conceituações dominantes, além de entabular as características do processo de identificação.

Moscovici (2015, p. 51) observa que “a conversação (os discursos) cria nós de estabilidade e recorrência, uma base comum de significância entre seus praticantes” em determinados acontecimentos, como é o caso do evento supracitado. Além disso, algumas representações sociais ganham destaque ou são omitidas em função das relações estruturais existentes. Sendo assim, o exercício do pensamento complexo emerge com o intuito de interpretar os sentidos que os atores sociais tentam estabelecer diante dos elementos que compõem o fenômeno.

Moscovici ainda apontou dois processos que surgem na construção das representações sociais: a ancoragem e a objetivação. Ancoragem é um

processo criador das representações sociais, nela se classificam e se nomeiam coisas até então desconhecidas. Chamon (2006) ressalta que a ancoragem é o mecanismo de integração social das representações sociais de um objeto dentro de um sistema de ideias e categorias já existente.

Para Moscovici (2003), a objetivação também surge na elaboração das representações sociais com a função de concretizar simbolicamente a realidade. O primeiro momento da objetivação ocorre na descontextualização das crenças e dos valores que aparecem nas representações sociais de um grupo social. A segunda etapa corresponde à elaboração e ordenação de elementos que são partes do campo dos sentidos figurativos. A terceira e última etapa corresponde ao momento de estruturação de crenças e valores que foram desestabilizados no primeiro momento da objetivação.

A dinamicidade e a consolidação de uma representação social estão diretamente ligadas a esses dois processos citados anteriormente. A forma simbólica pela qual o conhecimento circula num contexto determinado contribui para a definição de ancoragens e objetivações de novos (ou outros) sentidos que se pretende atribuir a um objeto ou fenômeno. “A comunicação social, através dos aspectos interindividuais, institucionais e midiáticos, incide na emergência e determinação das representações, assim como no pensamento e na construção social da realidade” (Simoneau & Oliveira, 2014, p. 282). A midiatização dos fenômenos sociais afeta as relações sociais e amplia a complexidade das representações sociais de tais fenômenos por envolver sucessivas camadas entretecidas de representações sociais.

2.2. *Pensamento complexo*

Os vínculos sociais e a criação de uma identidade individual e/ou coletiva não são compreensíveis por meio de uma abordagem simplificada, típica de uma objetividade disciplinar, científica e/ou normativa. Como aponta Morin (2014), citando Bachelard, na natureza não há o que é simples, mas apenas o que é simplificado, e, nesse sentido, exercer o pensamento complexo é resistir ao predomínio da simplificação no tratamento de questões complexas.

As referências científicas sobre a complexidade são variadas, marginais e possuem enfoques distintos. Pode-se distinguir uma abordagem mais restrita da complexidade, que emerge com o Santa Fe Institute, em 1984, e uma outra mais ampla, que tem na contribuição de Morin o seu principal autor e na obra *La Méthode*, em seis volumes, escrita entre 1977 e 2004, a mais destacada referência (Morin, 2007).

A complexidade restrita manifesta-se dentro da ordem das disciplinas científicas, exclui o que não é ‘racional’ e o que não se revela em objetividade. Ela se refere ao exercício da interdisciplinaridade e coloca o objeto distante do pesquisador. Essa corrente vincula-se principalmente aos estudos desenvolvidos nas ciências naturais e técnicas, tendo as ciências sociais um papel secundário.

O reconhecimento da subjetividade humana na construção dos saberes é o que caracteriza a complexidade ampliada, que, além de articular as disciplinas, também as supera, e inclui os sentidos e as expressões das emoções. O sujeito se coloca na relação com o objeto, de forma consciente e intencional. Essa vertente é a defendida por Morin, que valoriza as interações entre as múltiplas faces da

realidade, concebendo a unidualidade corpo-mente, cultura-natureza e indivíduo-sociedade, num contexto antropolítico e civilizatório (Morin, 2011).

A partir das lentes da complexidade ampliada é que se entende a interpretação das representações sociais das muitas emergências após o rompimento da barragem de Fundão.

É possível pensar num ordenamento jurídico para contemplar os atingidos da mineração como um todo? Situações distintas emergem em diferentes regiões e em diferentes temporalidades e, dessa forma, desorganizam a compreensão jurídica da identidade de atingida ou atingido. Essa perspectiva dinâmica da realidade nos leva a suspender estratégias simplificadoras desse processo de reconhecimento dos atingidos. A utilização das representações sociais como uma estratégia na identificação e interpretação das vítimas acerca do que elas entendem sobre ser um sujeito de direito indenizatório, em função do rompimento da barragem, implica pensar a partir da complexidade ampliada. (Morin, 2005; 2007).

Morin afirma que existem graus e oscilações nas crenças e convicções e que elas vão variar segundo o contexto vivido. A partir deste pensamento, acredita-se que uma perspectiva normativa-limitada para identificar o perfil dos atingidos de barragem pela mineração não é suficiente para tratar a complexidade que envolve os temas relacionados a crime-desastres socioambientais. O caso do rompimento da barragem de rejeitos de minério de ferro em Mariana ilustra bem a teia que permanece na vida de milhares de afetados. Hoje somos capazes

de afirmar que os atingidos não se restringiram aos distritos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo, da cidade de Mariana, locais onde existiram vítimas fatais e grandes perdas materiais. Os indivíduos que habitam a margem do Rio Doce (onde passou a onda de rejeito da barragem rompida) ainda sofrem com questões de saúde, econômicas e culturais e sem a devida indenização, graças à visão simplificada dos gestores desses processos. Pessoas são importunadas nos processos de reparação e, dessa forma, também se tornam potenciais atingidos.

3. Representações sociais sobre ser atingido

O que torna um sujeito atingido⁶ de um dos maiores acontecimentos da mineração no Brasil? Essa indagação é levantada por diferentes atores que buscam identificar as pessoas que foram afetadas pelo derramamento de rejeitos na bacia hidrográfica do Rio Doce. Fundamentado em Vainer (2007), é possível encontrar elementos que formam a identidade dos ‘atingidos por barragens hídricas’ e que revela um grau de complexidade. Os enfoques técnicos, econômicos, jurídicos e políticos permeiam, entretanto, os instrumentos e as estratégias para a padronização do que é ‘ser atingido’ acontecem de maneiras diferenciadas, segundo a parte interessada. Vainer (2007) apresenta três vertentes que podem ser acionadas na identificação dos sujeitos como atingidos:

a) concepção territorial-patrimonialista;

⁶ A expressão ‘atingido’, em alguns momentos do texto, refere-se aos homens atingidos e às mulheres atingidas. Reconhece-se que em muitas situações de desastre são as mulheres que são mais impactadas. A opção pelo gênero masculino da palavra deve-se à ocorrência de tal uso nos documentos e nas falas dos entrevistados.

- b) concepção hídrica;
- c) mudança social.

De acordo Morin (2016), a proposta de hipotasiar um conceito é uma ideia que é contrária ao paradigma da complexidade. O autor afirma que “é preciso, ao contrário e por princípio, recusar um conhecimento geral: este último escamoteia sempre as dificuldades do saber, ou seja, a resistência que o real opõe à ideia [...] sempre simplificante” (Morin, 2016, p. 28) e, nesse sentido, as distintas definições sobre ser “atingido” de Vainer (2007) se deparam com alguns limites na problemática estudada.

No viés territorial-patrimonialista, o conteúdo principal que se relaciona com o conceito de atingido é o de propriedade. Geralmente, as instituições que são responsáveis pelos planos de reparação e indenização adotam essa abordagem reducionista e não consideram a complexidade dos impactos socioambientais que emergem na construção e instalação de barragens, sejam elas para geração de energia ou armazenamento de rejeitos. O não reconhecimento da territorialidade simplifica os significados que o conceito de ‘atingido’ pode assumir.

O traço que configura a concepção hídrica de ser atingido é o alagamento de uma região. Sabe-se que os donos de uma propriedade e os que trabalham nessa propriedade inundada se tornam, quase que automaticamente, atingidos da barragem. Neste contexto, o município destinatário de uma barragem pode receber compensações financeiras que são asseguradas pela legislação para compensar o cancelamento de alguma atividade produtiva que perturbe a economia local e/ou que gere algum impacto na biodiversidade local. Mais uma vez, a falta de uma visão ampla e sistêmica restringe o efeito de justiça na concepção hídrica de atingido, já que não

são reconhecidos os direitos e os impactos gerados sobre as comunidades vizinhas das áreas inundadas.

Na abordagem que relaciona mudanças sociais ao conceito dos atingidos, Vainer (2007) assinala as relações sistêmicas e transformadoras que o empreendimento de uma barragem ocasiona no modo de vida de um grupo humano. Essa concepção parte dos próprios atingidos, já que são estes que possuem as vidas afetadas pelas barragens.

Parece haver predomínio de uma representação social de ser atingido que privilegia as comunidades e não as empresas. Essa mudança de interesse tem sido fruto das lutas do Movimento dos Atingidos por Barragem, que destaca o protagonismo daqueles que se sentem afetados, seja a partir de uma perspectiva material ou imaterial.

Trata-se, com efeito, de um processo de mudança social que interfere com várias dimensões e escalas, espaciais e temporais. Neste processo de mudança, além de alterações patrimoniais (novos proprietários) e morfológicas (nova geomorfologia, novo regime hídrico, etc.), instauram-se novas dinâmicas socioeconômicas, novos grupos sociais emergem na região de implantação, novos interesses e problemas se manifestam (Vainer, 2007, p. 4).

As vítimas da barragem de Fundão, orientadas por essa perspectiva, assumiram protagonismo na luta pelo reconhecimento enquanto atingidos. Compõem esse grupo cidadãos de vários grupos sociais que perderam autonomia na geração de renda e vivem de auxílio emergencial. A cadeia de atingidos é ramificada ao longo de toda a bacia hidrográfica que cruza dois estados brasileiros. Dentre eles, podemos apontar como exemplos: os agricultores que dependiam da água do Rio Doce para irrigação de suas plantações; os pescadores desse mesmo

rio e que não pescam mais devido à desconfiança dos consumidores; os proprietários de pousadas na região turística de Regência, que não recebem mais turistas com a mesma frequência.

Outra autora que colabora para o debate sobre o conceito de atingidos é Faillace (1990), que o entende como uma expressão política para qualificar populações que vivem em torno de barragens e que estão em situação de confronto, ou seja, a comunidade coloca-se como um ator social nas disputas sobre um território.

Num panorama internacional, segundo Benincá (2011), a representação que o Banco Mundial faz sobre ser atingidos é de “conjuntos fisicamente ou economicamente deslocados” (Benincá, 2011, p. 119). Ou seja, sugere-se uma abordagem funcional e que não contempla as inúmeras variáveis que aparecem na construção, implantação ou rompimento de uma barragem. A reprodução do modo de vida de uma comunidade e seu ecossistema são desconsiderados nessa perspectiva.

A Comissão Mundial de Barragens é um grupo formado e organizado por diferentes representantes que surgiu logo após a apresentação da noção de atingidos de barragens do Banco Mundial. Ela classifica os atingidos como “deslocados fisicamente e em seus modos de vida. Adverte para as consequências sobre as populações à jusante e residentes nas áreas dos diversos subprojetos vinculados às barragens” (Benincá, 2011, p. 119). Essa abordagem destaca o caráter complexo que a noção de atingidos pode assumir, colocando as relações sociais de forma sistêmica e interligadas, diante de um projeto multiterritorial de construção de barragem e, nesse sentido, amplia o alcance da categoria atingidos.

Wanderley (2011), ao investigar os conflitos socioambientais da Amazônia brasileira provenien-

tes da prática da atividade mineradora, enxergou uma lacuna na categorização dos “atingidos pela mineração”:

Portanto, podemos considerar, para fins analíticos, que, se não existem movimentos sociais de “atingidos por mineração”, pelo menos há especificidades nos movimentos localizados em área de mineração. São organizações compostas, majoritariamente, por grupos sociais pobres, que se mobilizam e/ou se formam a partir dos conflitos deflagrados na relação contraditória e dialética com as corporações mineradoras (Wanderley, 2011, p. 5).

Esse mesmo autor concluiu seu texto convocando um esforço dos estudiosos para refletir sobre as bases teóricas e empíricas a fim de identificar as peculiaridades dos atingidos pela mineração.

Em menos de uma década, esse mesmo autor, no *Dicionário Crítico da Mineração* (2018), definiu o verbete ‘atingidos’ como “indivíduos e grupos que sofrem com os impactos da mineração, mesmo os desconsiderados oficialmente pela avaliação de impacto ambiental, pelas mineradoras e pelo poder público” (Wanderley, 2018, p. 32). Nessa definição, eles podem ser classificados como afetados territorialmente, economicamente ou afetados pelos subprojetos que circunscrevem a atividade minerária. Incluem-se ainda os impactados ambientalmente e os atingidos socialmente.

O acontecimento que proporcionou um debate aprofundado sobre a conceituação dos atingidos pela mineração foi o rompimento da barragem de Fundão. Muitos trabalhos foram e estão sendo elaborados nesse sentido, visto que existe uma quantidade de fatores que ainda não foram sistematizados e incorporados na identificação dos atingidos que merecem indenização ou reparação.

Na perspectiva de Morin (2011) sobre sistemas complexos, essa última definição colocada por Wanderley (2018) é a que aparenta melhor encaixe diante do caso estudado. Morin (2011) diz que as ‘virtudes sistêmicas’ seriam: a proposição de uma ‘unidade complexa’; o sistema seria uma noção real-formal, orientada numa prática que valorize a inter-poli-transdisciplinaridade (Morin, 2014), que concebe tanto a contribuição de cada disciplina do conhecimento, o diálogo entre as disciplinas (interdisciplinaridade) quanto o que as transcende (extradisciplinar, metadisciplinar, ecodisciplinar). Wanderley (2018) avança na proposta de definição das características dos ‘atingidos da mineração’ (mesmo que seja uma conceituação através de um verbete de dicionário) ao propor a ampliação de uma perspectiva sistêmica e não fechada nas experiências ocorridas até o presente.

As representações sociais que emergem sobre o sentido de ser um atingido ou atingida são geradas por olhares específicos dos atores sociais que constituem o conflito ambiental instaurado pela construção ou rompimento de uma barragem. A abordagem de Moscovici (2003) privilegia esse enfoque dado à noção de representações sociais como algo construído e dinâmico ao apontar que a compreensão e a comunicação dos sentidos de um fenômeno da realidade acontecem de modo conflitivo e controverso. Nesse cenário, a interpretação empreendida neste artigo enquadra-se dentro de

uma perspectiva contextual de grupo e particular de cada indivíduo.

O desejo coletivo para o reconhecimento sobre ser atingido é traço significativo do sucesso das comunidades que entram na arena de disputa para alcançar esse reconhecimento (Honneth, 2009). A participação social orientada a partir de objetivos comuns contribui para mapear os atores atingidos e organizar juridicamente as devidas indenizações e reparações.

Contudo, os atingidos da mineração da Samarco, Vale e BHP são muitos e estão espalhados por diversos territórios. A padronização de um formulário pouco flexível e as exigências burocráticas comprobatórias fazem diminuir a participação dos grupos atingidos. Acrescentam-se a isso as propostas indenizatórias que são realizadas de maneiras aleatórias para algumas famílias, desestabilizando a organização dos atingidos⁷.

Existem grupos distintos que estão envolvidos no conflito socioambiental emergente do rompimento da barragem de Fundão e que buscam representar a noção de atingido segundo os vieses que lhes cabem, disputando a interpretação e o sentido econômico, social, cultural, jurídico, político e simbólico da categoria ‘atingidos por barragens de rejeitos’.

Nesse olhar, a vinculação no grupo da noção de ser atingido pode ser analisada segundo as relações estabelecidas nos acordos entre o Estado, Ministério

⁷ Zhouri *et al.* (2017) discute as políticas de reparação/indenização e a gestão de afetação, a partir de uma perspectiva de conflito entre os atingidos e os técnicos responsáveis pelos processos jurídicos, pois o “processo de ‘aprender a ser atingido’ torna-se doloroso e angustiante porque é permeado por regras, categorias, léxico, disposições e expectativas previamente estabelecidas por agentes externos ao cotidiano daqueles que se viram subitamente transformados em vítimas. Assim, simultaneamente às rupturas e à desestabilização produzidas pelo rompimento da barragem, há a necessidade forçada de aprender a lidar com as novidades burocráticas, administrativas e legais, além da existência de assédios, boatos, rumores, desconfianças, controvérsias, medos, difamações, brigas e crises, problemas muitas vezes típicos da constituição e da atuação das organizações de representação (Zhouri *et al.*, 2017, p. 32-33).

Público Federal (MPF), Fundação Renova, empresas responsáveis pelo crime-desastre e os atingidos. A seguir, discute-se o panorama dessas relações e a forma com que o conceito de atingido foi elaborado dentro do Comitê Interfederativo (CIF) e quais representações sociais são construídas no interior do sistema CIF.

4. Representações sociais sobre ser atingido no âmbito do Comitê Interfederativo (CIF)

Em abril de 2016 começaram as reuniões do Comitê Interfederativo que contava com a participação de gestores municipais de algumas localidades abastecidas pela bacia do Rio Doce. A estrutura do CIF foi dividida em dois eixos: o socioambiental e o socioeconômico. Dentro desses eixos organizaram-se as Câmaras Técnicas (CTs) que se tornaram responsáveis por elaborar notas técnicas de assuntos específicos, como é o caso da Câmara Técnica de Organização Social (CTOS), que desde o início acompanhou o levantamento e o cadastro das pessoas afetadas – e por isso durante a pesquisa privilegiamos os informes dessa CT.

Para a coordenadora da CTOS, o processo de identificar e cadastrar os impactados pelos rejeitos foi feito em regime de emergência para dar respostas que estavam sendo exigidas pela opinião pública e pela justiça. A enxurrada de lama colocou um grande desafio para os gestores, que tiveram pouco tempo para organizar instrumentos mais complexos de alcançar os atingidos e formular os critérios que permitissem dimensionar efetivamente os danos causados.

Existia uma tensão a respeito do papel das empresas nesse primeiro momento. Temia-se que elas

estabelecessem com as famílias atingidas acordos instantâneos de quitação geral, garantindo que as vítimas não mais buscassem o direito à indenização e reparação. A Defensoria Pública apresentou-se como um importante ator nas discussões do Comitê, utilizando a expressão ‘atingidos’ para tratar os indivíduos que tiveram algum direito usurpado. Porém, a participação dos atingidos no Comitê era bem reduzida.

A palavra ‘impactados’ foi recorrente nas atas do Comitê no período analisado. A noção de ‘impactados’ aproxima-se da ideia de que só teria direito de receber alguma indenização o sujeito que fosse diretamente e materialmente atingido, facilitando o cadastro das vítimas por parte da Renova. A escolha desse termo para representar as vítimas pode ser um indicativo do contraste entre as ações das empresas responsáveis e os movimentos sociais.

Numa entrevista feita com a ex-presidente do CIF, quando solicitada a falar sobre o uso das expressões ‘atingido/a’ ou ‘impactado’ nos termos do TAC e nas reuniões do CIF, ela disse que, para o plano jurídico, a utilização de ambos os termos corresponde aos sujeitos vítimas de um evento de desastre. Interpreta-se que essa perspectiva entende que o CIF é um espaço jurídico-técnico e que não caberia espaço para as disputas políticas.

Não me lembro de nenhuma discussão conceitual de chamar atingido ou impactado. Pode ser que até tenha nas atas, mas eu não tomei como tão relevante assim, mas foi uma coisa natural. Não me lembro do CIF ter parado para debater isso. Deve até ter pessoal do Ministério Público, da Defensoria, pedindo para a gente corrigir o termo, mas não foi objeto de reunião tão claro assim na minha memória. Mas eu enxergo como uma evolução natural [...]. O ‘atingido’ existe mais numa ligação com o Movimento dos Atingidos

por Barragem, e por aí vai. Na prática, juridicamente, eu sou advogada, é a mesma coisa para mim, principalmente se nos impactados você considerar os impactos diretos e indiretos. Se você tiver uma visão de impacto maior, que na minha visão é impacto ambiental, da atitude de impacto ambiental é essa: diretos e indiretos. Se você toma essa visão, na prática é a mesma coisa. Eu sei que para o movimento tem importância chamar de atingidos, já percebi, agora, juridicamente, em termos de indenização é a mesma coisa (ex-presidente do CIF, 06/05/2019).

Contudo, a Defensoria Pública do ES, como membro do sistema CIF, tem entendido esse espaço como uma arena que vai além do âmbito jurídico e contempla questões de reconhecimento e de participação:

Eu acho isso sobre a perspectiva do sistema CIF: a gente tem um referencial equivocado na medida que a gente enxerga de uma forma muito simbólica o uso da expressão impactado, ao invés de você utilizar a palavra atingido ou afetado na construção do Termo de Ajustamento de Conduta. Como foi um documento construído, a gente gosta de mencionar, de cima para baixo, feito entre os Poderes Públicos e as empresas logo em 2016. A leitura desse documento deixa evidente a pouca preocupação que o sistema tinha com a participação social do atingido no processo de acompanhamento de gestão do desastre, de participação, de ser ouvido [...]. Por isso a gente aqui no ES tem uma perspectiva muito de campo com as comunidades, respeitando o protagonismo, a fala delas, buscando conhecer e compreender os saberes tradicionais e com atividade de educação em direito e de bastante diálogo de uma forma informal e desburocratizada, construir essa ponte: o que é jurídico e o que é demanda da pessoa (Defensor Público do ES, 08/05/2019).

As representações sociais dos membros do CIF sobre a identidade das vítimas da barragem

indicam-nos duas situações: uma é aquela que concebe o atingido como um sujeito de direito, com um enfoque mais amplo; a outra é a que interpreta ‘impactados’ dentro de uma visão mais restrita, trata-se de um termo empresarial. A noção de atingido relaciona-se mais aos assuntos socioeconômicos do Comitê, enquanto a noção de impactados corresponderia aos assuntos de impactos socioambientais.

O envolvimento da CT de Saúde no processo de formação das representações sobre ser ‘atingido’ foi importante, já que foram os responsáveis por mapear a condição de salubridade dos afetados após a lama de rejeitos. No início do comitê, o tópico da saúde não tinha uma câmara técnica exclusiva. Ele estava alocado na Câmara Técnica de Saúde, Educação, Cultura, Lazer e Informação, ou seja, compartilhava o tempo das reuniões da CT com outras demandas.

O reconhecimento daqueles que portaram (ou ainda portam) alguma doença que surgiu decorrente do contato com os rejeitos necessita dos resultados de análises de outras câmaras técnicas (como a análise da água e do ar) para avaliar a relação de causa e efeito. Contam-se ainda os efeitos psicossociais que um desastre causa, como: casos de estresse, ansiedade, síndrome do pânico e depressão. Na 13ª reunião do CIF foi proposta a criação da CT da Saúde. Essa foi uma demanda dos técnicos da área, pois no decorrer dos meses após a assinatura do TAC notou-se a necessidade de tratar os assuntos da saúde de maneira especial, uma vez que houve crescimento dos casos de afetados relacionados ao crime-desastre.

A pauta da saúde no CIF articula uma abordagem complexa e conta com a participação de diferentes profissionais e em escalas distintas de governo para promover as ações de reparação. Três

frentes (vigilância ambiental, saúde mental e saúde do trabalhador) foram estabelecidas e ajudam a sistematizar os critérios de identificação dos atingidos para as indenizações.

As discussões sobre reconhecimento dos sujeitos aos quais caberia o direito à indenização tornaram-se tema recorrente nas reuniões do CIF. A tentativa de adiantamento do Programa de Indenização Mediada (PIM) provocou intenso debate e foi registrada em ata. Apresentada pela Fundação Renova, tal proposta teria o intuito de minimizar as burocracias do Cadastro Integrado dos Impactados, visto que este exige uma série de documentos de comprovação de renda, de ofício e de residência. Isso tem sido um obstáculo para a população que não consegue atestar tais solicitações.

Os termos da Renova ao abordar o processo de cadastro vinculam-se à ideologia do gerencialismo⁸, ou seja, orientada na busca de uma eficiência objetiva. Num primeiro instante, a proposta de antecipar as reparações revela-se uma ação positiva da Fundação Renova. Acelerar o andamento das indenizações seria o ideal tanto para o atingido quanto para a empresa. Mas nota-se o registro novamente da expressão ‘impactado’ como definidora de quem mereceria ter o direito de ser indenizado, ou seja, propõe-se uma ação limitadora no reconhecimento das vítimas e tal fato pode ser desmobilizador dos movimentos sociais.

Chega-se à interpretação de que os atingidos e as atingidas do rompimento da barragem de Fundão,

para os membros do CIF, são representados como cidadãos que sofreram mudanças em diferentes âmbitos: da saúde, da segurança, do bem-estar e das condições socioeconômicas. A ausência de uma padronização revela-se devido à diversidade de afetados, como será evidenciando no próximo tópico. A contratação de pessoal qualificado para organizar, nos territórios da bacia hidrográfica do Rio Doce, ações diretas, de formação jurídica e contábil, poderia facilitar a inserção e a participação dos atingidos e atingidas nos espaços elaborados para reparação e indenização das pessoas atingidas e, dessa forma, contribuir para a representação panorâmica da categoria de atingidos por barragens (Mendes, 2020).

5. As representações no jornal A Sirene

O jornal A Sirene começou a circular três meses após o rompimento da barragem de Fundão, em fevereiro de 2016. Tornou-se um importante meio de comunicação dos atingidos e das atingidas, além de ser um instrumento para a organização do grupo perante os variados temas que aparecem nos processos de reparação e reconstrução que pretendem ser negociados com as empresas responsáveis.

O jornal A Sirene foi resultado de um projeto de extensão da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), “Um Minuto de Sirene”. Graças a um acordo estabelecido entre os atingidos, o Ministério Público, Arquidiocese de Mariana e o apoio de

⁸ “A serviço do poder gerencialista, a ideologia gerencialista se funda sobre certo número de pressupostos, de postulados, de crenças, de hipóteses e dos métodos, dos quais convém verificar a validade. O paradigma objetivista dá um verniz de cientificidade à “ciência gerencial”. Ele se declina segundo quatro princípios que descrevem a empresa como um universo funcional, a partir de procedimentos construídos sobre o modelo experimental, dominado por uma concepção utilitarista da ação e de uma visão economista do mundo” (Gaulejac, 2007, p. 66).

técnicos da UFOP e da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o jornal A Sirene é publicado mensalmente⁹.

No estudo realizado, o verbo ‘atingir’ foi a expressão que mais se destacou no levantamento quantitativo das expressões (adjetivos, nomes comuns e verbos) que estão inseridas nos textos. Vale ressaltar que o número que aparece relacionado à expressão ‘atingir’ inclui também as palavras com a mesma estrutura (mesmos radicais), isto é, palavras como ‘atingidos’ e ‘atingidas’ compõem as 516 citações¹⁰. Dessa forma, pode-se interpretar que uma das maiores questões que envolve esse conflito socioambiental é a representação e definição do que é ser atingido (Mendes, 2020).

Texto 74: *Em reunião realizada no último dia 25 de abril, com a participação dos atingidos¹¹ e servidores do Ministério Público (Estadual e Federal), o proprietário de Macacos - localidade escolhida pelos atingidos para a reconstrução das casas destruídas - afirmou que está de acordo com a venda das terras. “Estou disposto a fazer tudo para colaborar com a aquisição do terreno pela Samarco a fim de ajudar com o reassentamento de Gesteira”, garantiu* (Jornal A Sirene, Mariana, Maio/2017, p. 7).

Texto 131: *ATINGIDO, QUEM É VOCÊ? O maior patrimônio de uma comunidade são as pessoas que dela fazem parte [...]. A barragem na sua vida “Não esperava um dia estar aqui em Mariana, como estou hoje. Dependendo dos outros. A barragem foi a pior coisa que aconteceu na minha vida. Trabalhei tanto, lutei tanto.... Quero minha casa. Tenho muitos*

questionamentos. Se receber outra casa pode ser até melhor, mas igual à antiga nunca mais.” Ser atingida “A lama veio e acabou com meus planos e minha paz” (Jornal A Sirene, Mariana, Janeiro/2017, p. 4).

Texto 85: *A situação dos atingidos é como se nós tivéssemos dado um pause nas nossas vidas e não conseguíssemos mais dar o play. ATINGIRAM O NOSSO BEM-ESTAR* (Jornal A Sirene, Mariana, Julho/2017, p. 2).

Texto 89: *Manifestar é um direito nosso, porque a gente não está vendo resultado nenhum quando se trata de nos colocarem na vida que tínhamos antes. Se o povo ficar parado, não vamos ter o nosso lar tão cedo. Então, é importante os atingidos se manifestarem sim, para a empresa perceber que nós estamos insatisfeitos com o ocorrido. PARA LUTAR POR MINHA MÃE E TODOS OS ATINGIDOS* (Jornal A Sirene, Mariana, Agosto/2017, p. 2).

Texto 34: *O atingido é um sujeito de direitos – um cidadão – que sofreu perda (material, psicológica, simbólica, ambiental etc.) em decorrência de um fenômeno externo e cujo responsável é um outro sujeito (no caso a mineradora). Apesar de todas as perdas, não perderam a condição de sujeitos de direitos* (Jornal A Sirene, Mariana, Agosto/2016, p. 8).

Os fragmentos revelam como as vítimas da barragem de rejeitos se identificam, ou seja, como é a representação social daquilo que elas não eram e se tornaram: atingidos por barragens da mineração. Algumas das perspectivas dos atingidos

⁹ O dia 5 de cada mês foi escolhido como a data oficial em que as edições do jornal são publicadas. Tem sido um importante marcador temporal que contabiliza os meses da ocorrência da tragédia.

¹⁰ Essa estratégia de análise vale para as outras palavras que são destacadas ao longo do texto.

¹¹ Os grifos nos trechos foram feitos para identificar a expressão que recebe o comentário.

encontram-se alinhadas aos referenciais teóricos que já elaboraram tipos classificatórios sobre esse conceito. Contudo, argumenta-se que existe uma multiplicidade de afetados que reclamam essa identidade e que não são contempladas segundo os critérios que são colocados pelas empresas.

Além dos conflitos territoriais e dos processos reparatórios, os atingidos e as atingidas pelos rejeitos da Samarco/Vale/BHP elencam outro elemento que constitui a representação do que é ser atingido: o preconceito. O tratamento discriminatório que eles enfrentam foi enfatizado em várias matérias.

Texto 101: *Eu sou atingida. Eu, meu marido e minha filha mais velha trabalhamos e não merecemos ouvir esse tipo de coisa. Quando vocês falam de barragem, não importa a comunidade, dói na gente. Não pedi para sair da minha casa. “É difícil demais ser atingido”* (Jornal A Sirene, Mariana, Outubro/2017, p. 8).

Texto 43: *Aprender a ser atingido. Tarefa difícil a minha, tarefa difícil a nossa: aprender a ser atingidos. Como assim? Precisamos nos comportar como atingidos. Tem comportamento próprio para atingido? [...] Me sinto atingido por não saber ser atingido. [...] A lama de rejeito nos atingiu, e, junto com ela, veio morte, mentira, ganância, preconceito, discórdia, medo* (Jornal A Sirene, Mariana, Setembro/2016, p. 7).

O problema do preconceito com o grupo dos atingidos é indispensável para pensar as relações humanas que são elaboradas numa sociedade capitalista, em que imperam as ações individuais e onde existe a descrença nos processos traumáticos que os atingidos sofrem, seja por causa de suas perdas materiais ou de sua identidade e costumes.

Em novembro de 2017 foi publicada uma matéria intitulada “Ser atingido” que contava com definições sobre a ideia de ser atingido/a de quinze

vítimas dos rejeitos da mineração da Samarco/Vale/BHP, de diferentes localidades impactadas. Os elementos subjetivos são destacados e relacionados à perda de algum direito.

Por ser atingido, sinto a minha alma fragmentada porque eu tinha uma vida ativa. Tinha a minha horta lá na roça, tinha o meu serviço, a minha convivência com os meus vizinhos. É muito difícil olhar para trás e ver que você perdeu tudo (Atingido 01). Ser atingido é você perder tudo. É você ser julgado e não ter os direitos reconhecidos. A cada audiência, a cada dia você se humilhar para tentar ter seus direitos reconhecidos. Ser atingido é a pior coisa que pode acontecer com o ser humano no mundo (Atingida 02). Ser atingido é sofrer de um mal que vai corroendo a gente aos poucos. Perder tudo aquilo que você planejava, ter que aprender a viver de novo, começar do zero e ter que lutar para conquistar aquilo que você trabalhou a vida inteira (Atingido 03) (Jornal A Sirene, Mariana, novembro/2017, p. 16-18).

Pretendendo melhor sintetizar os significados mais importantes que foram vinculados às representações sociais dos afetados sobre ser ‘atingido’, encontrou-se três campos que são evocados na maioria dos textos quando eles vão se referir à construção de como eles se percebem atingidos: Direito, Perdas e Preconceito/Sofrimento. A partir desses campos, buscou-se o processo de interpretação e a identificação das palavras que formam as representações sociais dos atingidos e atingidas que participam da constituição do jornal A Sirene.

Em entrevista realizada, via telefone, com um atingido de Barra Longa (MG), quando questionado sobre os significados de ser atingido, obteve-se a seguinte resposta:

É uma perda de identidade, transformar tudo, mudar

as estratégias de vida, buscando força para continuar, novos caminhos, é isso [...]. Muito mais além do material, se a gente falar como atingidos no material tem bastante conquista aqui, mas é muito além disso, do material. Os danos à saúde são fundamentais nessa parte aí, porque é uma coisa que não tem volta. Não tem coisa que paga, por exemplo, ter tirado a vida de alguém. O dano ao meio ambiente, aos animais, aos seres humanos destruídos e muitos vai ser destruindo aos poucos, é muito além do dano, do bem material, muito além disso (Atingido de Barra Longa, entrevista em 23/10/2019).

Para outra atingida, do município de Governador Valadares (MG), quando perguntada sobre as representações de ser atingida, respondeu o seguinte:

Olha o significado muito triste, a gente ver o rio morrendo, o rio morto. E devido ao assoreamento, né? A gente vê o quanto que na região o rio diminuiu. Ainda junta que nossa região é muito seca e dá pra gente observar ainda o minério, nas margens do rio e pra gente é muito triste, pra gente que já viveu do rio, diretamente, né? Quando pequena eu pude tá diretamente no rio, lavando roupa, coisas que a gente fazia, pelos anos que a gente mora aqui, quando o rio era vivo e hoje a gente vê que o rio tá um rio morto. A água continua muito escura, não voltou mais a ser o que era antes. É uma situação muito triste pra nós que vivemos aqui, saber que nosso rio morreu (Atingida de Governador Valadares, entrevista em 07/11/2019).

Nota-se que os sentimentos de ‘perda’ e ‘tristeza’ embasam as representações sociais desses indivíduos e conflui com o que os outros atingidos e atingidas escreveram no jornal A Sirene. Destacam-se também os elementos imateriais e a relação com a natureza como guia do entendimento dos sentidos em que essas pessoas foram atingidas. Dessa forma, vale refletir sobre a complexidade de uma indenização de elementos subjetivos para uma

pluralidade de famílias.

Um dos atingidos de Barra Longa ressaltou em sua fala os elementos simbólicos que constituem as representações sociais sobre ser atingido. Isso também fica evidente na fala da atingida de Governador Valadares que, mesmo tendo recebido uma quantia da Fundação Renova, manifesta que a desconfiança em relação à qualidade da água não foi superada.

Eles ofereceram pra quem quisesse, faria lá a inscrição e receberia R\$ 1.000,00, que era pra ajudar na compra da água mineral. Eu participei desse processo de mil reais. Teve pessoas em Valadares que nem participaram por vários problemas, dificuldade de horário, tudo. Não participaram e, junto com esses mil reais que foram liberados 3 meses depois que a gente fizesse a inscrição, teve as pessoas que entraram com processo pra receber 10 mil reais, e esse aí foi pra justiça, ainda corre, e sabemos que [...] foi decidido que eles iam receber 2 mil reais, descontando ainda 30% do advogado. Então, na verdade, é que ficou quase a mesma coisa. É apenas um, algo que eles quiseram oferecer, é claro que não é pra pagar todas as despesas, consumo da gente com água mineral direto, que antes a água do rio era muito boa pra ser consumida. Eu sempre consumi, sempre morei em Valadares e sempre consumi a água do Rio Doce pra tudo. Pra tomar a gente ainda não usa, então a gente consome em média 6 galões por mês, assim, pra duas ou três pessoas. Aqui é uma cidade muito quente, uma região muito quente, então o consumo de água mineral continua grande. As distribuidoras continuam com esse processo, mas o que eles fizeram foi isso. Foi mais: eles deram, a gente preencheu lá, foi mil reais, que foi dado na época. O que não condiz com o acontecido, né? (Atingida de Governador Valadares, entrevista em 07/11/2019).

Os movimentos sociais e as referências teóricas costumam abordar o conceito dos atingidos como pessoas que ficam privadas de algum direito em função de um grande empreendimento. As

particularidades destacadas pelos afetados e que encontram concordância na literatura revelam que é precipitado isolar e circunscrever os itens que constituem a identidade de um atingido por barragem de rejeitos, já que uma série de outros elementos podem constituir as representações sociais sobre ser atingido.

A formação de uma identidade coletiva, organizada como estratégia de resistência, pode partir de uma experiência traumática. Seu entendimento depende da mobilização e preparação do grupo. Os atingidos dos rejeitos da Samarco/Vale/BHP realizaram esse movimento auxiliado pelos interlocutores que constroem o jornal A Sirene. Castells (2000) sugere que a construção de uma identidade de resistência é um meio instrumental dos sujeitos vulneráveis em um conflito para sobreviver perante as adversidades.

O tamanho da área impactada e a quantidade de pessoas que se identificam como atingidos formam entraves para a consolidação de uma relação maior de confiança e empatia entre os que cobram algum direito. Às vezes, dificulta o processo das ações coletivas de indenização/reparação, uma vez que os acordos entre as empresas e os atingidos acontecem sem nenhuma assessoria¹² (Mendes, 2020).

Ao pensar sobre as representações sociais no campo do direito, somos capazes de perceber que existe um maior empenho dos atingidos em permanecer juntos e organizados perante os processos jurídicos pela reparação e indenização dos danos materiais. As comunidades que garantiram asses-

soria técnico-jurídica têm conquistado algumas das reivindicações, como o poder de decisão. Como exemplo, cita-se o caso do reassentamento de Gesteira, em Barra Longa, em que, graças à Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS), depois de muitas reuniões e formações, o coletivo dos atingidos acabou decidindo de maneira autônoma o local para o reassentamento.

Escolher o local e o modelo da nossa casa. Não tem que ser padrão. Uma área grande que possibilite a construção da casa, o cultivo dos pomares, criação de pequenos animais e outras atividades, pensada com muita atenção e participação das famílias atingidas. Acompanhar todo o processo de construção, assessorados por profissionais de diversas áreas, indicados por nós de forma autônoma. Junto com esses profissionais, queremos ter poder de proposição e veto. É nosso direito não deixar que consultorias que não conheciam o Bento façam tudo sozinhas. Quem conhece o Bento, nos mínimos detalhes, somos nós. A garantia da construção de espaços coletivos, como praças, igrejas e cemitério. E nessa construção, novos espaços podem ser propostos por nós. A Nova Bento nunca será como a anterior, mas poderá ser um ótimo lugar se formos protagonistas nas decisões sobre todos os detalhes, de forma autônoma e organizada. Este é um direito (Jornal A Sirene, Mariana, Fevereiro/2016, p. 12).

Os acordos pontuais das empresas responsáveis pela barragem de Fundão, de maneira particular com o atingido, ocorreram com frequência, já que o número de funcionários da Fundação Renova é maior que os das assessorias e, assim, eles alcançam uma quantidade superior de famílias para realizar

¹² Aqui se entende que “a ação coletiva é porta-voz dos processos históricos de conquistas de direitos e de lutas de minorias políticas [...] a ação coletiva se faz enquanto um processo de esclarecimento público contra as injustiças” (Alexandre, 2018, p. 37).

propostas.

O conjunto das expressões que estão associadas à noção de ‘perda’ dos atingidos não é contrária ao campo do direito, pois são complementares. Percebe-se que a representação social de ser atingido é projetada no que é perdido materialmente e, também, na perda do que não é palpável. Eles utilizam de formas diferentes esses elementos. Os que são passíveis de quantificar para a reparação (a perda da capacidade produtiva, por exemplo) eles representam de forma individual, e sobre aquilo que é objetivo para si. Já quando a perda envolve componentes de difícil mensuração (como a ancestralidade e a história), eles utilizam a primeira pessoa do plural.

Eu perdi uma parte do mel que produzia na minha casa em Bento Rodrigues. Eu mesmo fazia minhas caixas e dava manutenção, o que barateava os custos. Eu vendia no atacado, aqui em Mariana, e vendia para Mel Santa Bárbara também. Eu perdi todos os materiais da apuração do mel, mais as vinte e cinco colmeias produtivas. Eu perdi mais ou menos meio a meio das colmeias (Jornal A Sirene, Mariana, agosto/2016, p. 12).

Perdemos nossa identidade, nossa história, nosso sentimento de pertencimento. Para entender o processo complexo pelo qual estamos passando, é necessário deixar o preconceito de lado e fazer o exercício de se colocar no lugar do outro (Jornal A Sirene, Mariana, dezembro/2016, p. 10).

A busca de uma vida boa, cheia de realizações, é o objetivo da maior parte da humanidade, senão de todos. Entretanto, evidentemente, os obstáculos surgem e alguns são difíceis de serem superados. Tais obstáculos constituem-se como um sofrimento patológico definido como “um sofrimento social-

mente compreendido como excessivo e, por isso, objeto de tratamento por modalidades de intervenção médica que visam permitir a adequação da vida e valores socialmente estabelecidos com forte carga disciplinar” (Safatle, 2018, p. 9). O autor citado entende que as patologias sociais são categorias elaboradas cujo objetivo deve ser a compreensão da participação social dos sujeitos na sociedade.

Pessoas que são vítimas de um mesmo acontecimento traumático, mesmo que com graus distintos, passam a elaborar e reconhecer uma identidade própria. Quando esse sofrimento é diagnosticado como uma patologia, ele se torna elemento de ‘partilha de identidades’, podendo demarcar os afetos e as expectativas dos efeitos da situação causadora do sofrimento (Safatle, 2018).

As mudanças no dia-a-dia, o sentimento de culpa por ser vítima, a morosidade dos processos jurídicos são exemplos dos obstáculos que os afetados pelos rejeitos de Fundão enfrentam. Concorda-se que o sofrimento integra a condição da humanidade, mas também se acredita que, quando o sofrimento é potencializado por ação ou omissão de uma instituição, pública ou privada, é estabelecida uma relação em que emergem duas noções: causador de sofrimento e atingidos pelo sofrimento (Mendes, 2020).

Alguns dos atingidos que ainda sofrem com o crime-desastre buscam reinventar esse sentimento de angústia, transformando-o em instrumento de luta. Porém, as marcas simbólicas e materiais da lama ainda permanecem em suas vidas, o que os torna vulneráveis aos problemas associados de saúde mental, constituindo patologias sociais. É a perda do direito da socialização na reprodução da vida que vincula as vítimas dos rejeitos da Samarco/BHP/Vale à noção de atingidos (Mendes, 2020).

4. Conclusão

A exploração predatória da mineração no Brasil tem causado danos ambientais e psicológicos na vida de muitas famílias que vivem em regiões em que a atividade é desenvolvida. Quando refletimos sobre as características que definem um atingido por barragem é importante não estabelecer parâmetros fixos, pois a realidade é complexa e dessa forma precisa que conceitos e noções sejam flexíveis aos múltiplos contextos possíveis.

As representações sociais elaboradas pelos membros do CIF e pelos atingidos no jornal A Sirene, quando confrontadas, evidenciam que as primeiras institucionalizam a perspectiva burocrática e limitadora daqueles que foram atingidos pelos rejeitos, enquanto as narrativas presentes no jornal A Sirene complexificam esse reconhecimento ao acionar elementos da subjetividade na construção do ‘ser atingido’. A participação dos grupos afetados nos espaços institucionais é necessária para garantir o máximo de direitos.

As características dos atingidos de barragens hídricas são distintas daquelas das barragens de rejeitos porque quando se pensa na participação da sociedade nos processos de licenciamento e operação de um empreendimento hidrelétrico, a comunidade costuma ser consultada (mesmo que esse processo, às vezes, ocorra de maneira obscura, como foi o caso de Belo Monte). O processo de deslocamento populacional, nesses casos, quando ocorre, é programado e, ainda assim, traz consequências para a comunidade das mais diferentes ordens.

As pessoas deslocadas pelas barragens de lama de rejeitos não têm, em grande parte dos casos, possibilidade de negociar sua retirada e, como aconteceu em Bento Rodrigues, suas propriedades e territórios são inundados por rejeitos. No estado de Minas Gerais, algumas indústrias extrativistas de minério instalaram-se em regiões povoadas e ameaçam cidades inteiras¹³. Sabe-se que grandes empreendimentos não deveriam existir na proximidade de núcleos ocupados por seres humanos pelo alto risco que implicam. Porém, o que se observa é a pouca atenção dada a esse tipo de situação, tanto por parte de setores liberal-conservadores quanto por setores ditos progressistas, ambos compartilhando a ideologia do crescimento econômico ilimitado (simbolizado pelo PIB), do progresso, ainda que com justificativas distintas.

Reitera-se que a indústria mineral contemporânea não é sustentável e apresenta grandes riscos, mas, paradoxalmente, entende-se que ela é necessária para o padrão de vida atual e, até que ocorra uma transformação profunda no pensamento da humanidade, no sistema produtivo e modos de consumo, ela continuará existindo. Os debates em torno das alternativas do bem viver apontam nesse sentido (Acosta, 2016; Acosta & Brand, 2018). Sendo assim, é essencial que se antecipem as situações-problema, identificando as ações para minimizar os riscos e organizar, de maneira efetiva, a participação e a negociação dos indivíduos afetados.

A identidade de atingido/a por uma barragem de rejeitos da mineração é concebida de forma complexa e, aqui, não se encerra numa tipificação. Em

¹³ Foi noticiado, em fevereiro de 2019, pelo jornal *Estado de Minas*, o caso de oito barragens com risco severo de rompimento, distribuídas nos municípios de Nova Lima, Brumadinho, Barão dos Cocais e Ouro Preto.

cada contexto é possível emergir interpretações e diferentes enfoques sobre as representações sociais sobre ser atingido.

Na pesquisa, identificou-se que as representações sociais dos atingidos de Mariana estão ancoradas na ideia de sofrimento. Sofrimento que surge devido às perdas materiais e simbólicas; devido à descrença nas instituições normativas e, também, devido às perseguições que ampliam e integram esse sentimento numa coletividade que luta por justiça.

As referidas representações sociais estão objetivadas na seguinte relação: mineração > risco > atingido > sofrimento. Sobre tudo após o rompimento da barragem em Brumadinho, essa relação se confirmou. Inicialmente, aconteceu o processo de descrença na eficiência e na responsabilidade social das empresas; num segundo momento, elaboraram diferentes sentidos sobre ser atingido que foram compartilhados e, por fim, estabeleceram-se os sentimentos de medo, de sofrimento e de angústia relacionados à lembrança das perdas causadas pelas mineradoras.

Essas representações sociais são dinâmicas – conforme tendência observada nas representações sociais de sociedades contemporâneas, sob intensa circulação de informações. Acredita-se que, após o rompimento da barragem em Brumadinho, novos elementos foram ancorados e objetivados, pois tratou-se de um fenômeno semelhante ao que as vítimas da Samarco/Vale/BHP passaram em 2015. Como se admite que a comunicação ajuda a estruturar essas representações sociais – o encontro das vítimas de Fundão e do Córrego do Feijão – entende-se que o número das vítimas fatais, nesse

segundo caso, intensificou o sofrimento humano e aprofundou a dramaticidade das representações sociais¹⁴.

A solidariedade entre os atingidos é algo que foi percebido como um fator positivo na organização da resistência e na luta pelo reconhecimento dos direitos. Mesmo sabendo das especificidades entre os atingidos, o que se observou foi o caráter solidário entre as vítimas de Fundão tanto quanto, mais recentemente, as de Brumadinho. Esse sentimento de solidariedade promove unidade, mas não desconfigura os elementos privados que os tornam atingidos.

O Movimento de Atingidos por Barragem (MAB) é um importante articulador da identidade política das vítimas. As aproximações das características dos atingidos por barragens hidrelétricas e dos atingidos por barragens de rejeitos de minério revela que o modelo energético também apresenta lacunas, gerando danos complexos à cidadania brasileira, o que também é compreensível no contexto de toda a América Latina. Entretanto, a resistência de setores conservadores da política estadual mineira mostra o quão grandes são os desafios do MAB, justamente no estado brasileiro que carrega a mineração em seu nome. Ao contrário do que ocorreu na Bahia e no Pará, os deputados estaduais de Minas Gerais arquivaram um Projeto de Lei (PL) para a elaboração de uma Política Estadual do Direito das Populações Atingidas por Barragens (PEAB), que garantiria uma série de ações paralelas ao licenciamento ambiental de empreendimentos que envolvam barragens, além de um comitê paritário entre o Estado e a Sociedade Civil.

¹⁴ Até o mês de março de 2020 foram encontrados 259 corpos e 11 continuam desaparecidos.

Enfim, não tem como fechar o sistema dos elementos que constroem a identidade de uma pessoa atingida por uma barragem de rejeitos, ainda mais quando esta cruza uma bacia hidrográfica com mais de duzentos municípios e atinge dois estados da federação. Mas é importante ressaltar que ser um atingido envolve questões de múltiplas dimensões e que precisam ser articuladas para fins normativos.

Referências

- Acosta, A. *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Autonomia Literária; Elefante, 2016.
- Acosta, A.; Brand, U. *Pós-extrativismo e decrescimento: as saídas do labirinto capitalista*. São Paulo: Elefante, 2018.
- Alexandre, A. F. *Sociologia da ação coletiva*. Florianópolis: Edufsc, 2018.
- Benicá, D. *Energia & cidadania: a luta dos atingidos por barragens*. São Paulo: Cortez, 2011.
- Castells, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- Chamon, E. M. Q. O. Representação social da pesquisa pelos doutorandos em ciências exatas. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*. 6(2), 21-33, 2006.
- Dosse, F. *O Império do Sentido: a humanização das Ciências Humanas*. São Paulo: Editora Unesp, 2018.
- Faillace, S. T. *Comunidade, etnia e religião: um estudo de caso na barragem de Itá (RS/SC)*. Rio de Janeiro, Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.
- Gaulejac, V. *Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. São Paulo: Ideias e Letras, 2007.
- Guareschi, P. A ideologia: um terreno minado. *Psicologia Sociedade*. 8(2), 82-94, 1996.
- Gudynas, E. O novo extrativismo progressista na América do Sul: teses sobre um velho problema sob novas expressões. In: Léna, P.; Nascimento, E. (Orgs.). *Enfrentando os limites do crescimento: sustentabilidade, decrescimento e prosperidade*. Rio de Janeiro: Garamond; IRD, p. 303-318, 2012.
- Gudynas, E. Sustentación, aceptación y legitimación de los extractivismos: múltiples expresiones pero un mismo basamento. *Revista Ópera*, 14, 137-159, 2014.
- Honneth, A. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2. ed., 2009.
- Jodelet, D. Les représentations sociales: un domaine en expansion. In: Jodelet, D. (Org.). *Les représentations sociales*. Paris: PUF, 1989.
- Jodelet, D. Representações sociais: um domínio em expansão. In: Jodelet, D. (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.
- Jornal A Sirene* – Para Não Esquecer. Mariana/MG. Disponível em: <<http://jornalasirene.com.br/edicoes>>. Acesso em: ago. 2020.
- Losekann, C. “Não foi acidente”: o lugar das emoções na mobilização dos afetados pela ruptura da barragem de rejeitos da mineradora Samarco no Brasil. In: Zhouiri A. (Org.). *Mineração, Violência e Resistências – um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil*. Marabá: iGuana, p. 65-110; 2018.
- Mendes, J. F. A. *Representações sociais e complexidade: a identidade dos atingidos pela lama na barragem de fundão (Mariana-MG)*. Florianópolis, Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – UFSC, 2020.
- Milanez, B.; Losekann, C. (Orgs.). *Desastre no Vale do Rio Doce: antecedentes, impactos e ações sobre a destruição*. Rio de Janeiro: Folio Digital; Letra e Imagem, 2016.
- Morin, E. Restricted complexity, general complexity. Presented at the *Colloquium Intelligence de la complexity: Epistemologie et pragmatique*, Cerisy-La-Salle, France, June 26th, 2005.
- Morin, E. Complejidad restringida y complejidad generalizada o las complejidades de la complejidad. *Revista Internacional de Filosofía Iberoamericana y Teoría Social*,

38, 107-119, 2007.

Morin, E. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina, 4. ed., 2011.

Morin, E. *A cabeça bem-feita*: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

Morin, E. *O Método I: a natureza da natureza*. Porto Alegre: Sulina, 2016.

Moscovici, S. *La psychanalyse: son image et son public*. Paris: PUF, 1976[1961].

Moscovici, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2003.

Moscovici, S. *A Psicanálise, sua imagem e seu público*. Petrópolis: Vozes, 2012.

Moscovici, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: RJ: Vozes, 11. ed., 2015.

Pinheiro, M. V. P.; Goulart, E. M. A.; Procópio, J. C. (Orgs). *Mar de lama da Samarco na bacia do Rio Doce*: em busca de respostas. Belo Horizonte: Instituto Guaicuy, 2019.

Safatle, V. *Patologias do social: arqueologias do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

Serra, C. *Tragédia em Mariana*: a história do maior desastre ambiental do Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2018.

Simoneau, A. S.; Oliveira D. C. Representações sociais e meios de comunicação: produção do conhecimento científico em periódicos brasileiros. *Psicologia e Saber Social*. 3(2), 281-300, 2014.

Wanderley, L. J. M. 'Atingidos por mineração': conflitos e movimentos sociais na Amazônia brasileira. In: *Anais do Encontro Anual da Anpocs*. Caxambu, 2011.

Wanderley, L. J. M. Atingidos. In: Gomide, C. S. et al. *Dicionário crítico de mineração*. Marabá: iGuana, 1. ed., 2018.

Vainer, C. B. *O conceito de atingido*: uma revisão de debates e de diretrizes. Rio de Janeiro, [s.n], 2007.

Vinuto, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, 201-218, 2014.

Zhou, A.; Oliveira, R.; Zucarelli, M.; Vasconcelos, M. O desastre da mineração no Rio Doce, Brasil: entre a gestão da crise e a política das afetações. *Vibrant, Virtual Braz. Anthr*, 1-21, 2017.